

AGROPECUÁRIA

Agricultura 89: expressão das mudanças de uma década

*Paulo Roberto Nunes da Silva**

*José Hermeto Hoffmann***

Introdução

A análise do comportamento da agricultura em 1989 cresce em importância na medida em que se traça um paralelo com a evolução da década que se encerra. Assim, chamam atenção os níveis alcançados na safra gaúcha de 1989 quanto ao volume da produção, à dimensão da área colhida e ao rendimento por unidade de área. Eles sugerem a hipótese de que as dificuldades alegadas pelos agricultores durante os anos 80 e expressas pela eclosão de um número crescente de movimentos de reivindicações e protestos a partir do final da década de 70 criaram as condições objetivas necessárias para que ocorresse ao longo desta década uma série de transformações no processo produtivo das lavouras de grãos relativamente ao quadro que havia sido observado no decorrer da década de 70. Em síntese, entende-se que a política de redução das facilidades de crédito que começou a ser introduzida a partir do final da década de 70, a tendência de queda dos preços dos produtos agrícolas a nível de produtor, observada a partir do início dos anos 80, e a tendência de aumento dos custos de produção conduziram uma parcela dos agricultores ainda pouco significativa no universo da agricultura tanto gaúcha como nacional a introduzirem, de forma gradativa, modificações no processo de produção com vistas a buscarem a manutenção dos níveis de renda anteriores.

Essas modificações no processo de produção fizeram com que, diferentemente da década de 70, quando a expansão do volume da produção agrícola ocorreu nitidamente através do aumento da área ocupada, durante os anos 80 se pudesse observar, em algumas atividades agrícolas, um aumento significativo no volume de produção por unidade de área colhida. Essa foi a forma encontrada pelos produtores para tentarem manter a sua renda nos níveis que vinham sendo obtidos na década anterior. Ao longo do texto, tentar-se-á confrontar essa opção dos agricultores com a outra face da ques-

* Economista da FEE.

** Agrônomo da FEE.

tão, que é a necessidade de aumento da oferta de alimentos a preços compatíveis com as necessidades da maior parte da população.

Caracterização do comportamento do setor

O ano agrícola 1988/89 foi o mais ilustrativo da série dos últimos 10 anos para se demonstrar a hipótese aqui levantada para as culturas anuais do Rio Grande do Sul.

As 10 principais lavouras de grãos do Estado atingiram, nesta última safra, não somente o maior volume de produção total (15,4 milhões de toneladas) como também o seu maior índice de produção por hectare⁹ (18,9 t/ha), apesar de a dimensão de área colhida ter se situado como a segunda menor da década, com apenas 7,2 milhões de hectares. Dessa forma, o índice de produção de grãos por unidade de área colhida atingiu, para o total das 10 principais lavouras de grãos, uma marca de 24% acima da média da década, que foi de 15,2 t/ha e 4,4% superior à maior marca destes 10 anos alcançada na safra 1986/87, com 18,1 t/ha. Esses acréscimos de produtividade não foram alcançados de forma igual por todas as culturas.

Foi observado um crescimento nitidamente mais acelerado entre as lavouras de inverno (trigo, triticale, aveia, centeio e cevada), que representam em torno de 13,3% da área total das 10 principais lavouras de grãos do Estado, e, entre elas, o trigo sozinho representa cerca de 80%. Essas culturas de inverno obtiveram juntas, em 1989, um índice de produção por hectare de 7.593 kg/ha, ou seja, 49,1% acima da média da década. O trigo, que é a principal, apresentou uma produtividade de 1.600 kg/ha,¹⁰ o que significa um acréscimo de 39,7% sobre a média dos últimos 10 anos, que foi de 1.145 kg/ha.

As lavouras de verão (arroz, feijão, milho, soja, sorgo) atingiram, em 1989, uma produtividade de 11,3 t/ha, ou seja, 12,1% acima da média dos últimos 10 anos, que foi de 10,1 t/ha. Esse crescimento foi distribuído principalmente entre as três principais (arroz, milho e soja) da

⁹ Emprega-se o somatório das produtividades individuais das principais lavouras de grãos (índice de produção por hectare) como um indicador de evolução global da atividade lavoureira.

¹⁰ Embora o IBGE na estimativa de novembro de 1989 ainda mantenha a produtividade de 1.418kg/ha, há um consenso entre as entidades ligadas ao setor de que a produtividade, nessa safra, deverá ultrapassar a casa dos 1.600kg/ha.

seguinte forma: o milho cresceu 24,5% em relação à média da década, atingindo 2.279 kg/ha; a soja, 20,9%, atingindo 1.716 kg/ha; e o arroz cresceu 16,2%, chegando a 4.936 kg/ha.

A nível nacional, o volume de produção das 10 principais lavouras de grãos, em 1989, a exemplo do Rio Grande do Sul, também se constituiu em um recorde histórico (69,9 milhões de toneladas). A expansão da produção nacional ainda foi bastante influenciada pelo crescimento da área ocupada, que foi de 1,5% ao ano no período 1980-89, passando de 34,5 para 39,3 milhões de hectares. Quanto ao rendimento por unidade de área colhida em 1989, houve um acréscimo de 15,1% sobre a média da década, que foi de 12,5 t/ha. O importante a salientar é que, enquanto o Rio Grande do Sul apresentou em 1989 uma redução de 11,3% na área colhida relativamente ao ano de 1980, que foi o maior da década, e um acréscimo de produtividade de 24% em relação à média da década, a nível de Brasil o crescimento da produção foi determinado pelo crescimento simultâneo tanto da área como do rendimento. Ressalte-se ainda que a produtividade média das 10 principais lavouras de grãos no Rio Grande do Sul se situou 21,6% acima da produtividade média das mesmas lavouras a nível nacional.

Outro paralelo interessante a ser traçado com a produção e a produtividade agrícolas é em relação à evolução do crescimento demográfico. No Rio Grande do Sul, tomando-se o crescimento da produção e o da população durante a década de 80, verifica-se que a produção total das 10 principais lavouras de grãos cresceu 2,36% ao ano, enquanto o crescimento populacional foi de 1,42% no mesmo período de tempo, em outros termos, a produção de grãos "per capita" no Estado passou de 1.611 kg/hab./ano em 1980 para 1.750 kg/hab./ano em 1989.

Desdobrando essas informações a nível de produto (Tabela 7), verifica-se que a única lavoura que caracterizou de forma explícita o crescimento da produção "per capita" foi a lavoura de arroz, as demais ou apresentaram uma queda, ou ficaram estacionadas. Por que o crescimento da produção e da produtividade, descrito anteriormente para as lavouras de grãos em geral, não se traduziu num aumento da produção "per capita" para cada uma delas separadamente? A explicação pode ser buscada no fato de que o crescimento da produtividade obtido ao longo da década teve seu impacto sobre a oferta agrícola reduzido por um decréscimo significativo nas áreas ocupadas pelas lavouras de grãos relativamente ao início da década, o que reflete adequação das escalas de produção à nova realidade, onde os agricultores optaram por explorar áreas menores, porém com maior racionalidade.

A nível de Brasil, a relação entre o crescimento da produção das 10 principais lavouras de grãos e o crescimento demográfico, durante o período 1980-89, mostra que houve um crescimento de 3,7% ao ano na produ-

ção, enquanto a população crescia 2,2%. Em termos "per capita", a produção nacional passou de 414,8 para 474,2 kg/hab./ano, apesar de continuar sendo quase quatro vezes inferior à obtida na lavoura gaúcha. Entretanto o crescimento da produção "per capita" a nível nacional ocorreu de forma mais acelerada do que a nível estadual. Enquanto a nível de Rio Grande do Sul a produção "per capita" cresceu 0,9% ao ano no período 1980-89, a nível nacional esse crescimento foi de 1,5% ao ano.

Tabela 7

Produção "per capita" das principais lavouras de grãos
no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1980 e 1989

DISCRIMINAÇÃO	(kg/hab./ano)			
	RIO GRANDE DO SUL		BRASIL	
	1980	1989	1980	1989
Feijão	16,4	16,3	16,2	17,5
Arroz	295,0	449,6	80,6	75,3
Milho	406,7	406,0	168,0	179,4
Soja	738,0	713,3	125,0	161,6
Trigo	130,7	126,1	22,3	35,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

Observa-se que o Rio Grande do Sul não acompanhou a taxa de crescimento "per capita" da produção de grãos a nível nacional. Isso ocorreu, em primeiro lugar, porque os produtores gaúchos, frente à nova realidade de preços e crédito, adequaram suas escalas de produção para manter os níveis de renda, reduzindo em cerca de 900.000ha a sua área de lavoura durante a década. Em segundo lugar, porque ao se comparar a produção de grãos "per capita" do Brasil com a do Rio Grande do Sul, deve-se considerar que o patamar brasileiro, no início dos anos 80, era extremamente baixo em relação ao gaúcho, o que, por si só, já pressupõe maior probabilidade de um crescimento mais acelerado. Além disso, a nível nacional, ainda existiam extensas áreas aptas para serem facilmente incorporadas à produção. Diga-se de passagem que, segundo estudos técnicos, a área passível de ser explorada com lavouras anuais no Estado atinge cerca de 15 milhões de hectares, demonstrando que, mesmo no auge da ocupação do solo com lavouras (8,2 milhões de hectares em 1980), ainda havia expressiva ociosidade.

Os condicionantes da nova realidade

A rápida expansão da agricultura durante a década de 70 teve no financiamento através da política oficial de crédito a juros subsidiados um fator decisivo. As facilidades propiciadas aos tomadores de crédito rural criaram uma dependência do setor com relação aos recursos oficiais, a qual, com a virada da situação a partir do final da década de 70, passou a ser considerada como um dos principais obstáculos à expansão da produção agrícola.

Durante a década de 70, o volume de crédito, destinado pela política oficial ao financiamento das atividades agrícolas, cresceu 324,9% em termos reais, representando um crescimento anual de 17,4%. Esse modelo de financiamento já havia sofrido alguns percalços durante a segunda metade da década de 70 com a aceleração do processo inflacionário que afetou significativamente as fontes de recursos e com o redirecionamento das prioridades de aplicação por parte do Governo ao implementar o II PND. Em 1979, em seu primeiro ano de gestão, o Governo Figueiredo elevou significativamente o volume de recursos aplicados no setor agrícola sob a alegação de aumentar a produção de alimentos. Assim, a passagem efêmera de Antonio Delfim Neto à frente do Ministério da Agricultura, alardeando que sua prioridade seria "encher a panela do povo", foi marcada pela elevação real de 25% no volume global de recursos alocados para a agricultura. Entretanto, em 1980, os cortes de recursos foram retomados, e o período 1979-84 apresentou uma queda real de 18,0% ao ano no volume de crédito alocado.

O Governo Sarney fez uma nova tentativa de retomada da política de aplicação crescente de recursos no financiamento da atividade agrícola, a qual não se sustentou além dos dois primeiros anos de Governo. Nesses dois anos (1985-86) da "Nova República", os recursos para o setor agrícola cresceram em termos reais a uma taxa de 45,8% ao ano relativamente ao último ano do Governo Figueiredo (1984) para, em seguida (1987-89), sofrerem um corte da ordem de 35,0% ao ano.

Dessa vez, entretanto, os cortes de recursos e o seu relativo encarecimento deram origem a um fato novo. Passou a ser incorporada ao discurso de alguns segmentos do setor a retórica de que era necessário pensar novas formas de financiamento. As cooperativas de crédito ganharam maior divulgação e apoio. Algumas lideranças chegaram a dizer que o setor agrícola não precisava mais de subsídios. Essas alterações do discurso e da prática de algumas lideranças do setor, ainda que incipientes, se se considerar a sua abrangência, são importantes para o entendimento do início das transformações nas formas de financiamento da atividade agrícola, observadas no final dos anos 80.

O outro condicionante das transformações foi a tendência de queda dos preços recebidos pelos agricultores, ocorrida durante os anos 80, para as quatro principais lavouras de grãos (arroz, feijão, milho e soja). No início da década, observou-se uma inflexão determinada basicamente pelo retorno dos níveis de preço aos patamares observados no período que antecedeu a conjuntura de elevação do preço das "commodities" em geral, ocorrida durante o período do "milagre brasileiro" (1970-73) em âmbito internacional. Na segunda metade da década, os programas de ajuste econômico da "Nova República", basicamente através dos congelamentos, determinaram uma aceleração da tendência de queda dos preços. O ano de 1989 mostrou, no segundo semestre, uma certa estagnação nos preços dos principais grãos após um período de recuperação significativa ocorrido entre outubro de 1988 e junho de 1989.

A tendência de aumento dos custos é o terceiro condicionante das transformações. Essa tendência foi iniciada no final de 1973 com o primeiro choque do petróleo, acelerada em 1979 com o segundo choque do petróleo e definitivamente instalada com a aceleração do processo inflacionário interno a partir da virada dos anos 70 para os 80. Esse aumento de custos tem sido sistematicamente considerado pelos agricultores e seus representantes como um obstáculo à adoção de uma tecnologia mais avançada. Contudo os dados da Associação Nacional de Difusão de Adubos (ANDA), para o período 1983-88, evidenciavam uma realidade diferente, já que indicavam um crescimento contínuo de 11,7% do consumo de fertilizantes¹¹ no Rio Grande do Sul ao ano, enquanto a área ocupada permanecia estagnada. Apenas no ano de 1988 foi evidenciada uma leve redução de 1,3% relativamente a 1987, havendo informações preliminares de que, em 1989, teria ocorrido uma queda de 13% relativamente a 1988. Assim sendo, se houve queda, essa ocorreu apenas nas duas últimas safras agrícolas gaúchas. Contudo a confrontação da redução da área plantada com as vendas de fertilizantes evidencia que na maior parte dos anos 80 houve um uso muito mais intenso de insumos por unidade de área do que na década de 70.

A nova realidade

Feitas as considerações sobre a evolução recente dos três principais condicionantes das transformações ocorridas na agricultura gaúcha durante a década de 80, passa-se a interpretar a sua ação sobre a realidade do setor.

¹¹ Esse consumo se refere às culturas da soja, arroz, trigo, milho, feijão e fumo, tendo como fonte ANDA/FERTISUL.

A evolução da ação desses condicionantes repercutiu de duas formas sobre a atividade agrícola: em primeiro lugar, durante a década de 70, as facilidades da política de crédito e a conjuntura favorável de preços determinaram um crescimento extensivo da produção agrícola e uma atitude, por parte de um número significativo de agricultores, de desleixo na condução das atividades e de descaso com a preservação dos recursos naturais, típica em situações de lucro fácil, que comprometeram a eficiência produtiva e o meio ambiente. Esse comportamento dos produtores se explicitou através do desmatamento desenfreado; da adoção de práticas agrícolas que comprometeram as qualidades físicas e químicas do solo; do uso indiscriminado de agrotóxicos; da incorporação na produção de áreas pouco aptas ao plantio; e da má utilização de máquinas e equipamentos. Além disso, as oportunidades favoráveis de mercado induziram à ampliação da área plantada e à entrada na produção de pessoas menos habilitadas, oriundas de outras atividades através do arrendamento indiscriminado e predatório de terras. Esse período se caracterizou por uma atitude imediatista e oportunista dos agricultores, que conduziu ao comprometimento das condições futuras de produção.

Em segundo lugar, durante a década de 80, com o aumento do custo dos insumos, a queda dos preços agrícolas e as restrições à política de crédito, os agricultores iniciaram uma alteração lenta no sentido de buscar, através de uma maior racionalidade no uso dos recursos e de uma maior adequação tecnológica, uma forma de manter os níveis de renda até então obtidos.¹² O importante a reter para o entendimento do porquê do aumento de produtividade numa conjuntura de maiores restrições de crédito e preços é que as melhoras tecnológicas adotadas paralelamente à maior racionalidade no processo produtivo nem sempre implicaram aumento de custos unitários.

A racionalização no processo produtivo, decorrente das restrições às facilidades, ou, segundo os produtores, da crise da década de 80, expressa-se através de uma série de práticas que, embora já estivessem disponíveis, não foram antes implementadas. Assim, passa a haver um maior rigor quanto ao uso de fertilizantes, tanto no que diz respeito às fórmulas mais adequadas como ao volume cientificamente recomendado. A densidade de plantio, bem como a época mais apropriada para fazê-lo, passa

¹² Com isso, não se está admitindo que as facilidades tenham deixado de existir e que as deficiências do setor tenham sido resolvidas, mas apenas que foram introduzidas algumas restrições que deram início a uma nova mentalidade na condução da atividade agrícola.

a merecer uma maior atenção. Preocupações com a reversão do grave quadro de degradação do solo começam a assumir maior magnitude, expressas através do aumento das práticas de cultivo mínimo, preservação das resteevas dos cultivos e cobertura verde, especialmente no inverno. Agrotóxicos, antes utilizados de forma precipitada e exagerada ao primeiro sinal de praga ou doença, passam a ter um uso mais científico e não raro são substituídos por controles naturais e, portanto, sem efeito nocivo sobre as pessoas e o meio ambiente. Um número crescente de estabelecimentos passou a usar os seus recursos hídricos com vistas a suprir eventuais períodos de "deficit" de água nas suas atividades.

Do ponto de vista do gerenciamento, houve, ainda, uma busca da diminuição da ociosidade do parque de máquinas e implementos, bem como a intensificação de cuidados com vistas a aumentar a sua vida útil. A busca de alternativas de renda para o período de inverno, época em que mais de três quartos do solo agrícola gaúcho ocupado no verão ficam ociosos, foi outra característica da década de 80. Em decorrência, ocorreu uma significativa ampliação da integração da atividade lavoureira com a pecuária, o que, além do aumento de renda, proporcionou uma melhora nas características físico-químicas dos solos.

Essas e outras inovações, associadas ao avanço tecnológico, que colocou à disposição dos produtores materiais geneticamente mais produtivos, constituíram os fundamentos para a gradativa racionalização do processo produtivo ao longo da década de 80 e fizeram com que, em 1989, se atingissem níveis de produção inéditos, já referidos no início deste trabalho, numa área significativamente inferior à explorada no final dos anos 70.

É importante salientar que a busca da racionalidade e da eficiência produtiva, observada durante a década de 80, foi uma tendência importante para a transformação da realidade agrícola do Rio Grande do Sul, na medida em que, se bem conduzida, pode viabilizar um processo de desenvolvimento agrícola compatível com as necessidades de atender a uma demanda crescente de alimentos e a uma redução dos custos de produção que permitam a compatibilização entre preços de alimentos e salários.

Quando se observam os índices de produtividade média do Estado e do Brasil e as médias alcançadas nos estabelecimentos agrícolas que foram responsáveis por esse início de transformação, pode-se verificar o quanto ainda é preciso aumentar a sua abrangência. O índice de ociosidade na ocupação do solo agricultável também indica uma capacidade potencial de produção que vem sendo preterida. Essa ociosidade, que é fruto da histórica concentração da propriedade da terra, passa agora a ser ampliada pelo abandono de áreas produtivas ocupadas no passado recente. E aqui aparece uma face aparentemente perversa do processo de modernização via raciona-

lização no uso dos recursos. Os produtores gaúchos, ao reduzirem suas áreas de lavoura e aumentarem o rendimento por unidade de área para manter a rentabilidade, acabaram por fazer com que as melhorias alcançadas não se fizessem sentir na amplitude desejada socialmente no tocante ao aumento da oferta de alimentos, na medida em que a produção "per capita" permaneceu estagnada no Rio Grande do Sul, durante a década de 80, para a maioria dos grãos.

Prováveis desdobramentos da nova realidade

As análises das perspectivas da agricultura gaúcha para os primeiros anos da década de 90 precisam levar em conta o processo de racionalização da produção iniciado ao longo da década de 80 e a presença do Estado através das políticas públicas.

A continuidade do processo de racionalização parece ser inevitável, primeiro, porque não se vislumbram possibilidades para repetir as condições do lucro fácil que induziram à agricultura predatória da década de 70, segundo, porque a própria experiência do produtor lhe ensinou que um mínimo de racionalidade é indispensável para perenizar a atividade agropecuária em cima do mesmo estabelecimento e, por último, porque a nova Constituição Estadual estabelece que o Rio Grande do Sul terá, ainda em 1990, o seu código de uso e manejo do solo e da água, o qual deve se constituir num instrumento importante para punir civil e criminalmente os produtores relapsos que, em conseqüência, venham a comprometer os recursos naturais e a perenidade da agricultura gaúcha.

As políticas públicas, por sua vez, terão que sofrer uma alteração de rumo bastante drástico com a nova equipe do Governo Federal que assume no início de 1990. Serão necessárias uma renegociação amplamente favorável aos interesses nacionais no caso da dívida externa a desconcentração da renda, a recuperação do poder de compra dos salários, a prioridade para a produção de alimentos de consumo interno, a reforma agrária e a implantação de um plano nacional de abastecimento alimentar. Essas medidas seguramente se refletiriam no redirecionamento e na dinamização da agropecuária brasileira e gaúcha.

A partir dessas propostas, caso sejam implementadas, certamente a agropecuária gaúcha poderá começar a exibir uma nova face, com a redução da grande expressão que a soja tem, em favor das lavouras de milho, feijão, sorgo, batata, etc. As carnes brancas (aves e suínos) poderão servir de fonte de proteína para um enorme contingente populacional que hoje tem acesso esporádico a esse alimento. Isso significará, certamente, um grande impulso para essas duas atividades, o que se refletirá positi-

vamente no Rio Grande do Sul, que tem um grande potencial para dinamizar essas atividades. Pelas mesmas razões, a pecuária leiteira poderá ser fortemente incentivada. O consumo de derivados de trigo também se encontra extremamente reprimido, o que, caso venha a se alterar, trará reflexos positivos sobre a lavoura tritícola gaúcha, a qual tem um potencial de expansão em torno de um milhão de hectares, afirmação baseada nos conhecimentos tecnológicos atualmente disponíveis. Um forte impulso também precisam sofrer as atividades de menor expressão econômica, mas de grande alcance social, como os hortigranjeiros, outros animais de pequeno porte e mesmo a silvicultura.

Enfim, cria-se a expectativa de que assim como a década de 70 foi marcada pela exploração agrícola predatória e a de 80 pelo início de um processo de racionalização do sistema produtivo, a de 90 poderá caracterizar-se por uma maior diversificação das fontes de renda dos produtores, com profundas alterações na matriz produtiva atual.

BIBLIOGRAFIA

- BALANÇA COMERCIAL E OUTROS INDICADORES CONJUNTURAIS (1989). Rio de Janeiro, FUNCEX, out.
- CENÁRIOS (1989). São Paulo, v.3, n.29, dez.
- CONJUNTURA ECONÔMICA (1989). Rio de Janeiro, FGV, v.43, n.10, out.
- GAZETA MERCANTIL (2/4.12.89). São Paulo. p.23.
- ___ (16/18.12.89). São Paulo. p.14.
- ___ (30.12.89/2.1.90). São Paulo. p.25.
- INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: produção física — regional (1989). Rio de Janeiro, IBGE, jan./set.
- INDICADORES IBGE (1989). Rio de Janeiro, v.8, n.2, fev.